

Arruda admite saída para evitar inelegibilidade

GILSE GUEDES
e TANIA MONTEIRO

BRASÍLIA – Acuado e abatido, o senador José Roberto Arruda (sem partido/DF) já admite apresentar ao Senado a carta de renúncia de mandato nos próximos dias. Ele pediu a advogados e consultores jurídicos da Casa um parecer sobre o prazo legal para oficializar essa decisão de forma a escapar do processo de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar e evitar a perda dos direitos políticos por oito anos.

No Senado, há duas interpretações antagônicas sobre a matéria, tendo como base a Constituição: a renúncia pode ocorrer até a votação do relatório no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ou, então, até a oficialização do pedido de perda de mandato junto à Mesa do Senado ou por um partido político. Segundo um consultor jurídico da Casa, o parágrafo quarto do artigo 55 dá margem a uma “dúbia avaliação”. Por esse dispositivo, a renúncia terá seus efeitos suspensos até as deliberações da Mesa, que também pode ser provocada sobre o caso por partidos políticos.

Oficialmente, Arruda descarta a possibilidade de protocolar o pedido junto à Mesa. E sua assessoria também nega que ele tenha feito consulta a advogados sobre o prazo de renúncia. “Não examino esta hipótese, porque a falha que eu cometi não merece pena capital”, afirmou o senador. Vivendo um “isolamento político”, Arruda disse ontem que, hoje, é o “bode expiatório” do Congresso e da sociedade, que está cansada de acompanhar o “bate-boca” no Senado e as notícias de “desvios de conduta na política e na administração brasileira”. Pela primeira vez, o parlamentar criticou a base governista – que era integrada por ele há pouco tempo – por ela ter desencadeado a “operação abafa” para sepultar a CPI da Corrupção.

Surpresa – Assessores do parlamentar informaram que Arruda levou um “susto” quando tomou conhecimento do teor do relatório do senador Saturnino Braga (PSB-RJ) recomendando a cassação dos mandatos dele e do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Para Arruda, Saturnino mudou de idéia por “pressão política”. “O relatório é exagerado.” Num claro sinal de que está sozinho nessa batalha, o parlamentar, ex-líder do governo no Senado, recebeu apenas a visita do deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM). Em seguida, conversou com o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga.

“Mas, alguém aqui nunca errou?”, questionou a jornalista, numa entrevista depois da reunião do Conselho. “Quem nunca errou, atire então a primeira pedra”, completou, de forma taxativa. Indagado sobre renúncia, disse: “Tenho me proibido de pensar nisso”.

“Estou vivendo uma provação humana desproporcional, porque, aos 47 anos, sou um homem pobre e olho para trás e vejo que não mereço isso, porque nunca fiz mal a ninguém. Será que estou pagando por algo que fiz em vidas passadas?”, indagou, em tom emocionado e perplexo.